

*Francisco Fernando*  
*José Luis*  
*Manuel Gaspar*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 42

Aos oito dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em terceira reunião da sessão ordinária de dezanove de Junho, sob a Presidência da Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, António José Valente, Silvério Conde Teixeira, Jaime Rodrigues Machado, António Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, António Ferreira da Silva e Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 21.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Eduardo António Ramalheira, Fernando da Conceição Mendes, João Pereira Soares, Ester da Conceição Rocha Martins, Lúcio de Jesus Lemos, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso Faria Tavares, Manuel Simões Madail, António Henriques Sancho, João Game-las da Silva Matias, Manuel Pereira Cabral Monteiro e Celestino Alberto dos Santos Antunes.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Celestino Antunes, Lúcio Lemos, João Soares e Ulisses Manuel Pereira, que foram aceites e consideradas justificadas as correspondentes faltas.

Deu, ainda, conhecimento de uma circular da ANOP na qual não só consta a notícia da criação de um serviço exclusivamente destinado a tratar, noticiosamente, todos os acontecimentos e problemas das regiões do continen

*Alcides*  
*Que 2.*

te como também manifesta o desejo de obter a colaboração deste Órgão Autárquico.

De imediato, submeteu à votação as seguintes actas:

ACTA Nº. 35 - Aprovada com 21 votos a favor e 4 abstenções.

ACTA Nº. 36 - Aprovada com 21 votos a favor e 4 abstenções.

ACTA Nº. 37 - Aprovada com 21 votos a favor e 4 abstenções.

ACTA Nº. 38 - Aprovada com 22 votos a favor e 3 abstenções.

ACTA Nº. 39 - Aprovada com 21 votos a favor e 4 abstenções.

Seguidamente, submeteu à votação o haver ou não período antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido rejeitado por 16 votos contra, 3 a favor e 6 abstenções.

Imediatamente a seguir, deu-se entrada na ORDEM DOS TRABALHOS.

PONTO Nº. 5 - APRECIÇÃO DE UMA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES (Deliberação da Câmara Municipal de 2.7.84):- Sobre a matéria em epígrafe, pronunciou-se o Presidente da Câmara, informando que tal proposta surge porque é um empreendimento participado pelo FETT-Fundo Especial dos Transportes Terrestres e considerada obra prioritária pela Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e constar no esquema viário do Plano Director da cidade como via urbana de ligação à zona urbanística existente e a projectada entre a linha do caminho de ferro e a E.N. 109 (variante), permitindo, assim, suprimir mais duas passagens de nível.

Entretanto, deram entrada na Sala os Vogais Rui de Brito, Fernando Almeida e Silva e Maria Fernanda Neves.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal para referir que tais empreendimentos deverão ser atempadamente programados e planificados para que se possam evitar situações de remedeio sobretudo quando se pretende entrar na CEE.

Relativamente ao aspecto técnico, perguntou o que representa uma inclinação de 8% comparativamente com a passagem superior existente junto da Renault. Contudo, pensa que o tema deve ser devidamente ponderado para que se possa encontrar a solução ideal.

Relativamente à questão colocada, o Engº. Francisco Marcarico, na qualidade de Técnico da Câmara Municipal, informou que desde que se

3.

inicie a construção do viaduto na zona situada entre as torres existentes na Avã. 25 de Abril, o ponto mais desfavorável vencer-se-ia com 7% de elevação, a exemplo do que se verifica na passagem superior da Renault. Mais informou que o principal factor que levou a projectar tal obra com uma inflexão para a esquerda da Avã. 25 de Abril foi a tentativa de criar um obstáculo natural às grandes velocidades naquela artéria bem como diminuir o grau de elevação de 7 para 6%.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Helder Filipe e Rocha Andrade.

De imediato, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para referir que, desde há vários anos se tem manifestado contra a ideia de se construir uma passagem superior de acesso à cidade no seguimento da Avã. 25 de Abril dada a existência naquela artéria de dois estabelecimentos que maior número de estudantes têm, considerando tal iniciativa criminosa.

Assim, pensa que a Assembleia Municipal não pode permitir que a Câmara, porque quer estar virada para a Europa e aberta para o futuro, faça um retrocesso na estrutura da sua cidade, salientando ser este o seu ponto de vista de protecção humana.

Ainda no uso da palavra, aquela Vogal referiu que, para além do aspecto já invocado, a Assembleia não deverá aprovar uma proposta de alteração ao Plano de Actividades visto que a Câmara ainda não tem o seu projecto definitivamente estudado. Mais considera que, sendo a obra executada no rectilíneo prolongamento da Avã. 25 de Abril, surgirão grandes problemas de trânsito naquela artéria, designadamente junto do Museu.

Concluindo a sua intervenção, salientou que o motivo mais forte para que se não aprove a proposta apresentada é o relacionado com a consciência humana pelo que sugere que se estude a execução daquela obra numa área que não a apresentada.

Também no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silva iniciou a sua intervenção perguntando quais os motivos subjacentes à apresentação da proposta em discussão.

Corroborando, de seguida, as palavras da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo e partindo do pressuposto de que ainda não está definitivamente estudada a implantação da obra, perguntou se não seria mais conveniente, desde que tecnicamente possível, projectar a sua execução eliminando a passagem de nível existente junto da Rua Jaime Moniz.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para se reportar aos antecedentes da gestão camarária e referir

4.

que, por factores diversos, as soluções para as passagens desniveladas em Aveiro sofreram um atraso de vinte a trinta anos.

Reportando-se à sua experiência de gestão camarária, referiu que sempre tem manifestado a opinião de que, desde que seja necessário atravessar a linha do caminho de ferro, tal empreendimento deveria ser feito num plano superior ou inferior para assim se poderem anular os perigos resultantes da travessia da via férrea.

Contrariando a opinião formulada pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, salientou que a proposta apresentada não pressupõe a construção de um novo acesso rápido à cidade, pretendendo-se, tão somente, criar correctamente uma nova estrutura viária dentro da malha viária da cidade, já que Aveiro é actualmente, administrativa e urbanisticamente mais populosa para lá da variante. Contudo, pensa que, previamente, deveria estar aprovado e definido o plano de urbanização da zona compreendida entre a linha do caminho de ferro e a variante, que será, futuramente, uma das espinhas dorsais da cidade, por forma a que se verificasse o indispensável enquadramento entre a referida urbanização e o viaduto projectado.

De novo no uso da palavra e no seguimento da intervenção do Vogal José Luis Cristo, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo afirma que não se manifesta contra a supressão de passagens de nível mas sim a favor da sua eliminação. No entanto, pensa que não está correcto que ao pretender-se anular um factor de retrocesso se crie um outro mal maior, construindo um acesso viário que contribua para a densificação do tráfego junto de estabelecimentos de ensino e os consequentes perigos daí resultantes, apesar de existirem meios para impor a redução de velocidades.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para, ao reportar-se à parte final da intervenção do Vogal José Luis Cristo, considerar que não existem quaisquer garantias de que tal viaduto não venha a constituir-se numa via de acesso rápido à cidade porquanto não existem planos de pormenor urbanístico que proporcionem a antevisão do necessário enquadramento do empreendimento na zona urbanística. Mais considera que deveriam ser estudadas novas soluções por forma a permitir a preservação da zona de estabelecimentos de ensino e contribuir, assim, para a protecção dos jovens estudantes bem como de toda a população.

Concluindo a sua intervenção, considera precipitado aprovar-se um plano incompleto perguntando se não existem outras soluções.

De imediato, o Vereador Eng<sup>o</sup>. Sequeira Pereira no uso da palavra, começou por referir que o assunto está a ser um pouco distorcido

porquanto o Plano Director do Município, aprovado pela Assembleia Municipal, prevê que os acessos rápidos não interfiram com a malha viária urbana e que a proposta agora apresentada está devidamente integrada no referido Plano Director como sendo uma artéria de trânsito urbano e não como via de acesso rápido à cidade, tanto mais que a actual EN 109 (variante) será no futuro transformada em avenida.

Ainda no uso da palavra, esclareceu que a inflexão projectada é tecnicamente justificada pela diminuição dos custos da obra e permite a manutenção do perfil da Av. 25 de Abril e a viabilização do tráfego na Rua Jaime Moniz. Mais salientou que a Câmara Municipal pretende com esta medida projectar para o futuro mas sempre com base no Plano Director aprovado pela Assembleia Municipal.

No seguimento dos esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara informou que será submetido para apreciação da Assembleia na sua próxima reunião marcada para o dia dez do corrente mês de Novembro o estudo prévio da urbanização da zona da Forca e áreas adjacentes, cujo desenvolvimento se baseia, fundamentalmente, na via projectada. Salientou, ainda, que, depois de ouvidos alguns elementos ligados às Comissões Directivas dos estabelecimentos de ensino inseridos naquela zona, será possível promover as entradas nos mesmos pelas artérias laterais.

Mais informou que a proposta é submetida no sentido de que a Assembleia aprove a sua inclusão no Plano de Actividades e Orçamento do corrente ano e não a sua aprovação técnica, dado que o seu estudo ainda não está concluído, admitindo, contudo, a hipótese de a Câmara o apresentar logo que o mesmo se encontre definitivamente estudado.

Concluindo a sua intervenção, teceu ainda algumas considerações inerentes à supressão de passagens de nível e aos graves problemas de trânsito que existiriam se a Câmara não tivesse tido a coragem de optar por uma política de acção e programação tendente a suprimir algumas das referidas passagens.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para referir que seria pertinente que a Câmara se propusesse iniciar o processo de encerramento ao trânsito determinadas artérias da cidade, uma vez que se projecta a reconversão da variante em futura avenida.

Analizando a proposta no seu aspecto técnico e admitindo que o viaduto terá uma inflexão para a esquerda da Av. 25 de Abril, perguntou porque se não projecta a execução da referida obra no enfiamento da Rua Magalhães Lima aproveitando as condições naturais existentes na área. Mais per

*Thina*  
*Qu*  
6.

guntou se já foram efectuados quaisquer contactos com os proprietários dos terrenos afectados pelo plano, tendentes a solucionar eventuais problemas.

Ainda no uso da palavra, solicitou esclarecimentos quanto ao enquadramento viário do plano, nomeadamente no que se refere ao cruzamento existente junto do Pão de Açúcar.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal começou por referir que, embora respeite a coerência manifestada pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo contra a possibilidade de se construir um acesso que permita aumentar o tráfego viário junto de estabelecimentos de ensino, a sua preocupação reside no factor urbanístico e estético que resulte da construção dum viaduto numa zona tão sensível quanto o é a Av. 25 de Abril. Contudo, pensa que o lugar próprio para se debater a questão presente não será a Assembleia mas sim um gabinete especializado.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal apontou como solução preferível a sugerida quanto à execução do viaduto no enfiamento da Rua Magalhães Lima. Relativamente aos inconvenientes apontados pelo Presidente da Câmara nomeadamente no que se refere à eventual retirada das actuais instalações da Central Eléctrica da EDP, salientou que não poderão daí resultar quaisquer obstáculos para a concretização do empreendimento.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade começou por referir que, muito embora se afirme que existe um Plano Director do Município aprovado, não há garantias de que o mesmo venha a ser rigorosamente cumprido tal como foi previsto, porque surgem constantemente carências financeiras que originam alterações ao programado. Assim e dada a validade dos argumentos invocados quer pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo quer pelo Vogal José Luis Cristo, pensa que a responsabilidade do aparecimento de situações idênticas à presente, cabe à cidade de Aveiro com todos os seus condicionamentos geográficos, e às várias gestões camarárias que ao longo dos anos têm administrado os bens do município.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal salientou que deveriam ser encetadas diligências no sentido de se executarem passagens inferiores para peões em artérias situadas próximo dos estabelecimentos de ensino, à semelhança do que se verifica noutras cidades, sejam quais forem os encargos daí resultantes.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para perguntar durante quanto tempo se prevê que o trânsito circule em maior quantidade na Av. 25 de Abril, admitindo-se a hipótese de que venha a ser implantado o viaduto naquela área e partindo do princípio de que se venha a concreti-

*F. Floriz*

zar a construção quer do "nó sul" quer do "nó central" funcionando como factores de desagravamento do trânsito urbano.

Em resposta à questão colocada, o Eng<sup>o</sup>. Sequeira Pereira começou por informar que logo que se concluem as obras do "nó sul" de acesso à cidade, cuja previsão aponta para o próximo ano, o trânsito pesado que hoje circula pela Av<sup>a</sup>. 25 de Abril passará a circular pela Av<sup>a</sup>. Artur Ravara, facto que contribuirá para a redução do trânsito na Av<sup>a</sup>. 25 de Abril. Mais informou que o viaduto projectado não irá entroncar directamente na variante pois que, conforme prevê o estudo prévio da urbanização para a zona compreendida entre a Forca e o Pão de Açúcar, o seu enquadramento numa área essencialmente urbana confere-lhe o estatuto de via de trânsito local e não de via de acesso rápido à cidade.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal António Alves.

Também no uso da palavra, o Eng<sup>o</sup>. Francisco Maçarico, informou que se prevê uma considerável redução de trânsito nas artérias paralelas aos estabelecimentos de ensino porque está projectada uma grande linha de penetração de trânsito na cidade através do futuro "nó central" com ligação à passagem inferior da Forca e à projectada Avenida Central que será, no futuro, a grande via distribuidora de trânsito interno. Mais informou que está em estudo a possibilidade de se poder construir a referida Avenida em plano desnivelado por forma a anular eventuais cruzamentos de nível nos pontos mais sensíveis, proporcionar uma redução sensível do trânsito que se processa na Av<sup>a</sup>. 25 de Abril e possibilitar a reconversão da Rua Combatentes da Grande Guerra em artéria pedonal.

De imediato, o Presidente da Câmara começou por salientar que não esperava que a proposta apresentada fosse alvo de tão prolongada discussão por supor que existisse, por parte da Assembleia, uma maior identificação com o Plano Director do Município que prevê a execução do viaduto no prolongamento da Av<sup>a</sup>. 25 de Abril e a sua inserção no esquema viário do referido Plano. Mais referiu que não será possível planear a reconversão de artérias viárias em artérias pedonais sem que se definam as grandes linhas distribuidoras de tráfego urbano, nomeadamente a Avenida Central, para o que já foram adquiridos diversos imóveis, aguardando-se, contudo, a possibilidade próxima de se poder proceder aos necessários realojamentos. Mais salientou que a hipótese de se construir a Avenida Central em plano desnivelado é deveras interessante.

Concluindo a sua intervenção, o Presidente da Câmara

reconheceu que a proposta em análise deveria ser submetida para apreciação só após se verificar idêntico procedimento quanto ao Plano de Pormenor Urbanístico da zona compreendida entre o Pão de Açúcar e a zona Forca-Vouga, dado que o mesmo permitiria uma melhor análise e esclarecimentos do seu enquadramento.

De novo no uso da palavra e reportando-se às informações prestadas pelo Presidente da Câmara, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por afirmar que, não tendo a Câmara disponibilidades para proceder aos realojamentos resultantes de aquisições de bens imóveis, será extremamente difícil proceder-se à abertura da Av. Central a curto prazo. Salientou, ainda, que as suas declarações não são de molde a impedir que a Câmara construa passagens superiores, tendo somente a finalidade de alertar a Câmara para os perigos que advirão, concerteza, da construção de um viaduto no prolongamento de uma artéria situada junto de estabelecimentos de ensino, sugerindo, assim, que o mesmo fosse construído noutra local.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Câmara para referir que, estando programada uma visita às instalações da Fábrica Jerónimo Pereira Campos e aos terrenos adquiridos pela Câmara no zona da Forca-Vouga, seria oportuno alargar a mesma aos terrenos adjacentes à Rua Magalhães Lima e à Av. 25 de Abril por forma a poder verificar-se, no local, as hipóteses possíveis para a construção do viaduto.

Relativamente às afirmações acabadas de fazer pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, informou que a Câmara dispõe de cerca de cinquenta casas em Santiago, salvo qualquer decisão superior inesperada mas contra a qual a Câmara reagiria, para poder proceder aos realojamentos possíveis, já que, para realojar a totalidade das situações existentes seriam necessárias mais sete ou oito habitações.

Mais informou que ainda não foram encetados quaisquer contactos a nível de proprietários de terrenos a afectar pela execução do viaduto, pois que, em primeiro lugar, deverá ser definido o traçado do mesmo e posteriormente proceder aos necessários contactos.

Encerrado o período de discussão, o Presidente submeteu à votação a deliberação da Câmara tomada em sua reunião de dois de Julho, último e que a seguir se transcreve, "PLANO DE ACTIVIDADES - ALTERAÇÃO - Por proposta do Sr. Presidente, foi deliberado, por unanimidade, aditar ao Plano de Actividades para o ano em curso a obra de Construção da Passagem Superior na continuação da Av. 25 de Abril que figurará com a seguinte classificação: Objectivo 09, programa 01, projecto 35", tendo a mesma merecido aprovação com



vinte e três votos a favor, um contra e sete abstenções.

De seguida, o Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me na sequência e em coerência com o que anteriormente referi nesta Assembleia".

Também no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silva, fez a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente com a consciência que o que foi votado aqui, foi realmente o enquadramento da obra no Orçamento e permitir a afectação das verbas. A meu ver, felizmente que esta Assembleia foi mais longe na discussão do que estava em causa porque há outras questões que foram levantadas, que são preocupações, e que podem ter, eventualmente, ajudado na resolução desta questão. Para além das que foram ditas, uma me surge e preocupa que é o facto de, sendo esta via, num local ou noutro, a causa que vai permitir a urbanização daquela zona, não é uma preocupação menor porque infelizmente esta cidade de Aveiro tem muito poucas zonas verdes, tem muito betão e muito asfalto. Porque a zona que vai ser urbanizada é extremamente bonita, penso que seria um crime não a acautelar e não tomar medidas para que, embora construída, continue bonita. É portanto esta recomendação e este apelo que faço à Câmara, para que tome medidas quanto à preservação de zonas verdes e ao seu enquadramento urbanístico, situações em que a cidade de Aveiro não prima".

De imediato, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para fazer a seguinte declaração de voto: "Verifico com muita mágoa que as minhas palavras não foram suficientemente convincentes, que não fui capaz de criar um problema de consciência suficientemente forte para que se obrigasse a Câmara a apresentar um projecto alternativo. Não se pede que se desista da passagem superior, o que se pede é que essa passagem não vá entroncar na Avenida 25 de Abril. São mais de 5 mil alunos cuja segurança estará em perigo diariamente. Mesmo alterando as entradas e saídas dos alunos para as alas laterais dos edifícios (prova de que há realmente perigo!) não se deixa de levar para essa zona uma elevadíssima quantidade de trânsito. Tem que pensar-se em moldes diferentes. Construir sim, mas pensando no futuro. Decididamente referimo-nos a "futuros" diferentes!".

Imediatamente a seguir, o Vogal José Luis Cristo fez a seguinte declaração de voto: "O meu voto foi favorável porque desde há muitos anos tenho manifestado a opinião de que, em toda a zona urbana da cidade atravessada pela linha do caminho de ferro, se deveriam criar todas as passagens desniveladas necessárias e convenientes. A passagem desnivelada ao fundo da Av. 25 de Abril é uma das necessárias e urgentes e felicito qualquer Câmara que a venha a realizar. Alerto os munícipes responsáveis e os interessados para a

necessidade de se pensar em outras passagens desniveladas e, muito especialmente, na zona que está a ser urbanizada. Aquela que se aprovou era há muitos anos urgente e necessária".

Também no uso da palavra, o Vogal Jaime Machado fez a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente, depois das considerações que tinha feito porque, no decorrer das explicações prestadas, fiquei na convicção de que esta passagem é apenas para resolver problemas de trânsito local e não irá contribuir, de qualquer maneira, para aumentar o tráfego naquela zona e, por isso, votei a favor".

PONTO Nº. 6 - APRECIÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS AGRAS DO NORTE E SEU REGULAMENTO (Conforme deliberação da Câmara Municipal de 18.6.84):- Acerca da matéria em epígrafe o Presidente da Câmara começou por salientar que, embora não haja obrigatoriedade legal para submeter à apreciação da Assembleia Municipal os Planos de Pormenor Urbanístico mas porque o Plano de Urbanização das Agrads do Norte está apoiado num Regulamento, que por força da Lei tem que ser apreciado pela Assembleia Municipal, a Câmara deliberou submeter o referido Plano para apreciação e o correspondente Regulamento para aprovação.

Assim, procedeu à introdução do mesmo, que se insere no desenvolvimento do Plano Director do Município, começando por salientar as dificuldades encontradas na sua elaboração, dada a sensibilidade da zona em causa, por ter uma grande incidência de construção clandestina. Mais salientou que não será um Plano de intervenção directa da Câmara, dada a grande quantidade de pré-existência de habitação, algumas das quais sacrificadas pelo mesmo, considerando que o mesmo terá um período de execução de quinze a vinte anos.

De imediato, a Arqª. Diamantina Galacho, na qualidade de Técnica dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara, iniciou a sua intervenção com os esclarecimentos de pormenor técnico indispensáveis a uma melhor apreciação.

Assim, começou por informar que o Plano apresentado foi elaborado pela Macroplan mas que teve de ser reformulado pelos Serviços Técnicos da Câmara, pretendendo-se, com efeito, adaptá-lo à realidade existente na zona das Agrads, área definida no Plano Geral de Urbanização da cidade como zona de expansão urbana. Informou, ainda, que o modelo proposto assenta, essencialmente numa estrutura que pretende organizar, hierarquizar e diversificar espaços, tais como praças, percursos de peão, complementados com áreas verdes, relvadas ou arborizadas e arruamentos, fazendo especial referência à malha viária, estruturada a partir de dois eixos principais que definem todo o recti

culado do Plano e à reconversão das vias fêrras existentes, mas desactivadas, em percursos de peões que, dada a sua forma orgânica, permite quebrar a referida estrutura recticulada do Plano.

Ainda no uso da palavra, referiu que, embora seja uma zona essencialmente destinada a habitação, cuja densidade de ocupação é relativamente baixa, está complementada não só com equipamento público, designadamente Serviços de CTT, um Posto da PSP, escolas primária, pré-primária e creche, mas também com equipamento de apoio comercial, nomeadamente um mercado, um centro comercial bem como se prevê a existência de outro tipo de apoio comercial.

Imediatamente a seguir tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para solicitar esclarecimentos acerca da forma de funcionamento da Associação prevista no Regulamento e como se vai processar a entrada na posse dos terrenos. Constatando-se a existência de várias habitações na área a afectar pelo Plano, perguntou quantas famílias residem naquela área e como vai ser feita a integração ou realojamento daquelas que, porventura, não aceitem a possibilidade de construir a sua habitação unifamiliar na zona para o efeito destinada na urbanização.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se à localização de duas escolas primárias na urbanização projectada, perguntou com que verbas se pensa construir tal equipamento dado que, após dois anos de promessas, ainda nem sequer existe projecto para as escolas de Eixo.

Em resposta à primeira questão colocada prestou os necessários esclarecimentos a Arq<sup>ª</sup>. Diamantina Galacho informando que, prendendo-se tal questão com a gestão do Plano, que é o problema principal na sua elaboração, neste momento está estudada e definida, embora sem um estudo de pormenor, uma zona prioritária para início da sua implementação. Assim, e porque se torna necessário dar solução aos problemas decorrentes de tais medidas, a Câmara deverá proceder à aquisição de terrenos na zona que prevê a ocupação de habitações unifamiliares, situada a norte do Plano, e oferecer, como alternativa, a possibilidade de construção aos habitantes em cujos terrenos se prevê a construção de blocos de três a quatro pisos, o que vem proporcionar uma grande valorização das suas parcelas de terreno.

Também no uso da palavra e em complemento aos esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara informou que não haverá obrigatoriedade para se construir qualquer tipo de habitação nem tão pouco haverá lugar a realojamentos porquanto a urbanização será na sua quase totalidade de iniciativa dos utentes de bens na zona e, também porque a intervenção da Câmara limitar-se-á à aquisição de terrenos que permitam a alternativa de construção de

*Thelma*  
*Arq*

habitação unifamiliar e o desenvolvimento mais rápido do próprio Plano. Informou, ainda, que se prevê a constituição de uma Comissão entre a Câmara e os proprietários dos terrenos contidos na área de intervenção do estudo visando, fundamentalmente, a execução dos trabalhos urbanos e a distribuição dos seus custos entre os associados proporcionalmente ao valor dos lotes que lhes forem consentidos.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Alte da Veiga para, no âmbito da psicologia do ambiente, salientar que o Plano demonstra preocupações com os aspectos paisagísticos e ecológicos. Contudo, porque a zona é muito frágil, pensa que os objectivos e intenções do Plano podem ficar goradas.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal perguntou se existem estudos concretos sobre tipos de árvores a preservar ou a cultivar de maneira especial relativamente à proporcionalidade entre zonas verdes e densidade habitacional e, ainda, sobre parques infantis embora sem equipamentos sofisticados. Mais perguntou se, relativamente à cor e tipo das fachadas das edificações, existe algo que garanta um mínimo de eficiência, se o centro urbano será concebido por forma a facilitar a ambiência humana, nomeadamente se estão previstas zonas só para peões.

Tecendo, de seguida, algumas considerações de âmbito geral, começou por referir que, quando da construção de um imóvel ou de um arruamento não se respeita a estética, o que é posto em causa não é uma lei mas sim a dignidade e a sensibilidade do homem, valores demasiado importantes e tradicionais que se ligam à beleza e protecção da vida. Assim, e dada a existência de certos valores para os quais, porque somos os representantes imediatos dos munícipes, temos obrigação de ser mais sensíveis, pensa que deveriam as dúvidas que aqueles levantam ser escritas e discutidas previamente ao aparecimento de qualquer plano por forma a salvaguardar-se as preocupações que ao longo dos tempos vão sendo levantadas mas que não foram organizadas de uma maneira sintética e harmoniosa.

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Conde Teixeira.

Porque a questão inicial se prende, essencialmente, com a organização dos espaços livres, tomou a palavra a Arq<sup>a</sup>. Diamantina Galacho para informar que os mesmos estão divididos em praças pavimentadas e espaços ajardinados, relvados e arborizados que permitem o lazer e o bem-estar. Mais informou que, em contraponto àqueles espaços, existe aquele que acompanha as vias automóveis de grande intensidade e que resulta da existência de galerias desenvolvidas ao nível do rés-do-chão dos edifícios a construir, que permi-

*Américo* 13.

te a circulação abrigada dos peões.

Em complemento aos esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara informou que o Plano foi concebido com uma característica urbana não muito densificada que permita, nomeadamente, uma vivência permanente, estando previsto que cada projecto tenha que ser assinado, simultaneamente, por um arquitecto e um engenheiro por forma a preservar a boa imagem urbanística da zona. Mais informou que a Câmara vai definir nomeadamente as cores a aplicar nas fachadas, e que o Regulamento pretende, fundamentalmente, criar uma zona residencial, sem abdicar, contudo, da implementação do indispensável equipamento de apoio.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Ernesto Barros para manifestar a sua congratulação pela apresentação do presente Plano que, em sua opinião, está devidamente concebido, o que não acontece com o existente na zona da Av. 25 de Abril. Contudo, e porque o mesmo ainda está na fase de projecto, alertou para o número exagerado de cruzamentos previstos no eixo viário principal, que não se justificam na época presente tendo, inclusivamente, em atenção a modernidade apresentada pelo projecto, sugerindo, assim, a substituição dos cruzamentos por entroncamentos por forma a permitir um maior desfazamento do tráfego viário.

De novo no uso da palavra, a Arq. Diamantina Galacho informou que, relativamente às construções, convém que haja uma certa malha reticular que as defina porque, em termos de desenvolvimento do projecto de arquitectura trás vantagens, apesar da existência dos referidos cruzamentos, que são um mal menor porquanto os verdadeiros percursos de peões se encontram desnivelados relativamente ao eixo viário principal. Mais informou que a proposta apresentada ainda não contém o estudo dos sentidos de trânsito que, ao ser feito, irá proporcionar a resolução dos problemas apontados.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para perguntar se foi feita a classificação agrícola dos solos, qual o resultado obtido e se, porventura, aqueles terrenos estavam incluídos na reserva agrícola nacional.

Em resposta às questões colocadas, a Arq. Diamantina Galacho salientou que a elaboração deste Plano de Pormenor resulta das directrizes apontadas pelo Plano Geral de Urbanização que já continha o estudo das zonas a manter como áreas a agricultural. Como é do conhecimento geral, as Agras do Norte são uma área óptima para a agricultura mas que, pelas suas características topográficas, nomeadamente no que se refere à sua proximidade e ligações com a cidade, pela forma desordenada como está a ser ocupada, não poderia manter tal estatuto por muito mais tempo e daí que o Plano Geral

Filipe  
14.

de Urbanização tenha determinado tornar aquela zona como área de expansão urbana.

Também no uso da palavra, o Vogal Helder Filipe começou por referir que, tendo sempre manifestado a opinião de que é necessário promover o aparecimento de zonas urbanas, não poderia deixar passar a ocasião sem apresentar cumprimentos à Câmara Municipal pela maneira como desenvolveu o Plano das Agrads do Norte aguardando, com muito interesse, a apresentação dos que foram anunciados, pois que a cidade de Aveiro bem precisa de ser cuidada em termos de Planos de Urbanização.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para se reportar à análise do Regulamento e salientar que, como determina o seu artigo 7º., "é obrigatória a ligação às redes municipais de esgotos e abastecimento de água de todas as construções, excepto nos casos previstos no presente Regulamento. Em caso de não existência dessas redes, deverão ser assegurados o abastecimento de água potável e as instalações sanitárias e de esgotos de acordo com o Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Esgotos e demais legislação em vigor". Contudo, e porque poderão ser construídas edificações, maiores ou menores, sem que previamente haja uma ligação à rede de esgotos e abastecimento oficial de água, pensa que tal cláusula não deve constar no Regulamento, sob pena de, a exemplo do que ainda hoje se verifica na Urbanização do Bairro de Azurva (sem água potável e sem saneamento decente), tais situações se venham a repetir na Urbanização projectada.

De novo no uso da palavra, a Arqª. Diamantina Galacho começou por considerar justas as preocupações manifestadas, salientando, contudo, que as mesmas estão controladas porquanto o Regulamento não permite a edificação de zonas de grande ou média densidade sem que os terrenos estejam previamente infraestruturados. Mais informou que apenas estão exceptuados os casos das habitações unifamiliares, por forma a poder dar solução a problemas pontuais e permitir, mais rapidamente, o desenvolvimento do Plano em análise.

No seguimento da intervenção da Arqª. Diamantina, o Presidente da Câmara corroborou as preocupações apontadas e as considerações tecidas. Salientou, porém que estão definidas áreas de expansão, por forma a impedir que surjam problemas ligados às infraestruturas e paralelos aos que existem na Urbanização de Azurva, que não tem qualquer semelhança com o Plano proposto.

De novo no uso da palavra, o Vogal António Correia da

Silva reafirmou que, numa Urbanização com a dignidade que a proposta apresenta, deve ser imperativa a ligação à rede de esgotos e abastecimento de água, não se permitindo qualquer construção sem que existam aquelas infra-estruturas de elementar importância para a salubridade pública. Mais referiu que o teor da sua intervenção não é de crítica mas sim o manifestar preocupações e alertar para a prevenção contra eventuais problemas, tendo as suas palavras sido corroboradas pelo Vogal Fernando Almeida e Silva.

Relativamente ao abastecimento de água, a Arq<sup>ta</sup>. Diamantina informou que na zona já existe tal infraestrutura.

Encerrado o período de discussão, o Presidente submeteu à votação o Regulamento de apoio ao Plano de Pormenor Urbanístico das Agradas do Norte, que aqui se dá como transcrito e faz parte integrante da presente acta, tendo merecido aprovação com vinte e cinco votos a favor, um contra e quatro abstenções.

Neste momento abandonou a sala o Vogal Alte da Veiga.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para fazer a seguinte declaração de voto: "Primeiro, e pode ser um contracenso mas não é, congratulo-me que haja uma preocupação de apresentar um regulamento destes, estando em acordo com a maioria das questões aqui colocadas. Mais; se tivesse havido uma votação na generalidade e outra na especialidade, teria votado favoravelmente na generalidade o Regulamento. Portanto o meu voto contra foi só no sentido de não estarem absolutamente garantidas as preocupações que eu manifestei".

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Almeida e Silva fez a seguinte declaração de voto: "Votei a favor inteiramente convencido que as duas infraestruturas principais, água e saneamento, vão ser exigidos para toda a construção".

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Carlos Candal para registar com agrado a presença e brilhantes exposições efectuadas pela Arq<sup>ta</sup>. Diamantina Galacho. Manifestou, ainda a sua congratulação a propósito da publicação do Boletim Municipal nº. 4 cuja apresentação tem um aspecto agradável e um conteúdo muito interessante e diversificante, atribuindo tais elogios, lisonjeiramente à Câmara Municipal e, particularmente ao Vereador Inspector Custódio Ramos, tendo-se associado às considerações tecidas o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião e esgotada a Ordem de Trabalhos da sessão a que a mesma se reporta, esclarecendo que, os assuntos não analisados, serão integra-

dos na Ordem de Trabalhos da próxima sessão.

Eram 0. horas e 45 minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta de tudo quanto que se passou e que, no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o preceituado no artigo 42º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março.

Francisco  
D. Martins  
Secretário